

2012

aquafundália

Relatório e Contas



ÍNDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO	4
AMBIENTE MACROECONÓMICO	4
ACTIVIDADE DA EMPRESA	6
INVESTIMENTO	7
OBJECTIVO ESTRATÉGICO/MISSÃO	10
RECURSOS HUMANOS	11
ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA	11
FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO PERÍODO	17
EVOLUÇÃO PREVISIVEL DA ACTIVIDADE	17
DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E À SEGURANÇA SOCIAL	18
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	19
AGRADECIMENTOS	19
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS	24
1. NOTA INTRODUTÓRIA	24
2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO	24
3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	24
3.1. ACTIVIDADE CONCESSIONÁRIA	24
3.2. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	25
3.3. ACTIVOS INTANGÍVEIS	26
3.4. ACTIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS E IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	26
3.5. INVENTÁRIOS	26
3.6. RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO	26
3.7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	27
3.8. RÉDITO E ESPECIALIZAÇÃO DOS PERÍODOS	28

Handwritten signature and initials in blue ink.

3.9. PROVISÕES, ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES.....	28
3.10. ACRÉSCIMOS DE GASTOS COM INVESTIMENTOS REVERSÍVEIS.....	28
3.11. EVENTOS SUBSEQUENTES	29
3.12. GESTÃO DO RISCO	29
3.13. ALTERAÇÃO DE POLÍTICAS, ESTIMATIVAS E ERROS FUNDAMENTAIS	29
4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS.....	29
5. PARTES RELACIONADAS	29
6. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS.....	30
7. IMPOSTOS DIFERIDOS	31
8. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	31
9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS DEVEDORES	31
10. DIFERIMENTOS	32
11. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	32
12. ACCIONISTAS E SÓCIOS	32
13. CONTAS A PAGAR A FORNECEDORES E OUTROS CREDORES	32
14. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	33
15. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS.....	33
16. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS.....	34
17. CUSTOS COM O PESSOAL	34
18. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS.....	34
19. OUTROS GASTOS E PERDAS.....	34
20. GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO	35
21. RESULTADOS FINANCEIROS.....	35
22. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO.....	35
23. ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, GARANTIAS E COMPROMISSOS	36
23.1 ACTIVOS CONTINGENTES	36
23.2 PASSIVOS CONTINGENTES, GARANTIAS E COMPROMISSOS	36

Handwritten signature and initials in blue ink.

Senhores Accionistas,

Em cumprimento com o disposto na Lei e nos Estatutos da Aquafundalia - Águas do Fundão, S.A., submetemos à apreciação da Assembleia Geral, o presente Relatório de Gestão, Balanço Individual, Demonstração Individual de Resultados, Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa, Demonstração Individual das Alterações no Capital e respectivos anexos, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.

RELATÓRIO DE GESTÃO

AMBIENTE MACROECONÓMICO

Enquadramento Internacional

Durante o ano de 2012, a actividade económica mundial continuou a recuperar da profunda recessão observada em 2009, na sequência da crise financeira surgida em finais de 2007. No entanto, o crescimento económico registado em 2012 ficou ainda mais aquém do ocorrido em 2011, devido principalmente a um progressivo e significativo abrandamento da actividade económica a partir de meados do segundo trimestre. Esta desaceleração foi na sua essência resultante da combinação de factores de natureza persistente, destacando-se a intensificação da turbulência financeira associada à crise da dívida soberana na área do euro.

De facto, a preocupação dos investidores internacionais em torno da sustentabilidade das finanças públicas e a assunção de perdas no sector bancário, inicialmente incidindo apenas sobre os países que requereram assistência financeira externa – Grécia, Irlanda e Portugal – começou a estender-se a outros países da área do euro, nomeadamente a Espanha e Itália. Em resultado destas tensões, registaram-se quedas abruptas nos mercados bolsistas que se traduziram num aumento generalizado da aversão ao risco.

Neste cenário, começaram a observar-se dificuldades de liquidez nos mercados monetários e um súbito aumento do custo de financiamento nos países considerados como mais vulneráveis pelos participantes nos mercados financeiros. A incerteza sobre a capacidade dos líderes europeus na adopção de medidas concretas e suficientes para a resolução da crise da dívida soberana na área do euro e, em particular, a necessidade de um segundo pacote de assistência financeira à Grécia, contribuíram para aumentar a turbulência nos mercados financeiros.

- 4 -

A crise da dívida soberana contribuiu para enfraquecer uma recuperação económica mundial já de si frágil. Um conjunto de factores adicionais ajuda a explicar a fraqueza da actual recuperação face a anteriores episódios. Em primeiro lugar, recessões originadas por crises financeiras e bancárias são tipicamente caracterizadas por contracções significativas do produto e por recuperações mais lentas da actividade. Em segundo lugar, a procura interna nas principais economias avançadas manteve-se relativamente fraca, em resultado da necessidade de famílias e empresas continuarem os processos de ajustamento dos balanços e de redução do endividamento. Em terceiro lugar, o processo de consolidação das finanças públicas também contribuiu para manter o crescimento da procura interna em níveis relativamente reduzidos na generalidade das economias.

O enfraquecimento da procura interna tem-se reflectido numa relativa estagnação dos mercados de trabalho e habitação em níveis bastante reduzidos, face a normas históricas, principalmente nos Estados Unidos da América (EUA). Finalmente, o abrandamento da actividade económica mundial também resultou de um forte aumento dos preços das matérias-primas na primeira metade do ano, em especial do petróleo, impulsionados principalmente pelas tensões geopolíticas em países do Médio Oriente e Norte de África.

Já em meados de 2012, a recuperação da economia mundial parecia estar a beneficiar de alguma acalmia das tensões nos mercados financeiros, em resultado do segundo pacote de assistência financeira à Grécia, conjuntamente com a introdução de medidas não convencionais de política monetária adicionais por parte do Banco Central Europeu (BCE). Com efeito, as medidas implementadas pelo BCE contribuíram para reduzir o risco de liquidez e eliminar a possibilidade da ocorrência de uma crise bancária sistémica na área do euro. No entanto, o ressurgimento da desconfiança dos investidores internacionais sobre a sustentabilidade das finanças públicas da Espanha e da Itália e a incerteza prevalecente em relação à resolução da crise da dívida soberana na área do euro reflectiram-se em subidas das taxas de rendibilidade da dívida soberana de alguns países da área do euro a partir de meados de Setembro de 2012, em particular da Espanha e da Itália.

Economia Nacional

Independentemente do tipo de análise efectuada, as previsões para Portugal não são animadoras, apresentando-se a evolução da economia nacional fortemente condicionada, essencialmente por três razões; a implementação do programa de ajustamento acordado no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira, o processo de desalavancagem dos diversos sectores da economia e a envolvente externa.

As actuais projecções apontam para uma contracção de 1.9% da actividade económica em 2013, após uma queda estimada de 3.0% em 2012. Esta evolução implica uma redução acumulada do produto interno bruto de 7.4% durante o período recessivo de 2009-2013. No contexto do processo de ajustamento económico, a implementação das medidas de consolidação orçamental incluídas no Orçamento de Estado para 2013 (OE2013) desempenhará um papel importante na evolução da procura interna – uma queda significativa em 2013, embora mais moderada que a prevista para 2012.

Em termos acumulados, a redução da procura interna no período 2009-2013 deverá situar-se em cerca de 17%. A evolução das exportações continuará a contribuir para mitigar o impacto da redução da procura interna sobre a actividade económica, embora de forma mais limitada em 2013.

À semelhança do observado em 2012, espera-se um crescimento virtualmente nulo da procura externa em 2013 (0.3%). As importações deverão voltar a contrair em 2013, a exemplo do previsto para 2012.

Para 2014 projecta-se um aumento da actividade económica de cerca de 1.3%, num quadro em que não foram consideradas medidas de consolidação orçamental adicionais para além das que decorrem da manutenção das medidas incluídas no OE 2013.

- 5 -

Neste pressuposto, o crescimento económico projectado para 2014 assenta numa recuperação moderada da procura interna, incluindo o consumo público, sustentado pelo aumento do rendimento disponível das famílias e por uma melhoria das perspectivas da procura com impacto sobre a FBCF.

Esta evolução será acompanhada por um aumento das exportações, assente na recuperação da actividade económica nos principais mercados de destino das exportações portuguesas.

Existem riscos descendentes para a projecção da actividade económica, com especial incidência em 2014. Estes decorrem, nomeadamente, do facto de apenas se considerarem medidas orçamentais já aprovadas ou anunciadas e suficientemente detalhadas, em linha com a regra do Eurosistema habitualmente utilizada. Desta forma, a projecção para 2014 deve ser interpretada com particular prudência, dado que as autoridades já anunciaram a necessidade de delinear medidas adicionais para cumprir os objectivos orçamentais assumidos ao longo do horizonte de projecção.

A alteração profunda da composição da despesa, em particular a expressiva queda da procura interna acompanhada por um aumento significativo das exportações, tem-se traduzido num ajustamento rápido das necessidades de financiamento externo da economia portuguesa. O saldo da balança corrente e de capital passou de um défice de 9.4% do PIB em 2010 para uma situação próxima do equilíbrio em 2012. A materialização da actual projecção implica a continuação desta tendência, e a observação de um excedente da balança corrente e de capital de 4.4% do PIB em 2014. Uma parcela muito significativa deste ajustamento espelha a melhoria da balança de bens e serviços neste período, para a qual se projecta um excedente de 3.1% e 4.1% em 2013 e 2014, respectivamente, após décadas de défices crónicos.

A inflação, medida pelo crescimento do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), deverá estabilizar em torno de 1% ao longo de 2013-2014, o que representa uma descida face ao valor de 2.1% observado em 2012. Este abrandamento iniciar-se-á já no início de 2013, à medida que se comecem a dissipar os efeitos do aumento da tributação indirecta e dos preços de bens administrados registados no início de 2012. A avaliação de riscos aponta

para a possibilidade de um nível de inflação superior ao projectado, em particular para 2014, sobretudo se forem adoptadas medidas de consolidação orçamental com impacto sobre os preços no consumidor.

Estas projecções implicam uma revisão em baixa das perspectivas de crescimento do PIB em 2013 face ao Boletim Económico de Outono do Banco de Portugal, que reflecte, essencialmente, a materialização do risco então identificado de um crescimento económico mundial menos favorável que o considerado. A materialização deste risco teve impacto negativo sobre o crescimento projectado das exportações e, consequentemente, da actividade económica.

Resumindo, as projecções para a economia portuguesa apontam para a manutenção, em 2013, do quadro recessivo que a caracterizou nos dois anos precedentes, reflectindo uma queda expressiva da procura interna acompanhada por um abrandamento das exportações. Contudo, em termos intra-anuais, perspectiva-se uma recuperação limitada da actividade económica na segunda metade do ano de 2013, em resultado da inversão do perfil descendente da procura interna.

Enquadramento Sectorial

O sector manteve o prosseguimento da estratégia e dos objectivos definidos nos planos nacionais que abrangem a área do abastecimento de água e do saneamento de águas residuais – o Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2007-2013 (PEAASAR II), cujo Despacho de Aprovação foi publicado no Diário da República, 2.ª Série, de 14 de Fevereiro de 2007, e a Estratégia Nacional para os Efluentes Agro-Pecuários e Agro-industriais (ENEAPAI), aprovada por Despacho Conjunto n.º 8277/2007 de 2 de Março, publicado no Diário da República a 9 de Maio de 2007.

Com base na estratégia definida no PEAASAR II, as entidades gestoras, a par com a necessária execução de infra-estruturas para se atingirem os desejados níveis de atendimento com os padrões de qualidade que hoje se exigem, devem assegurar que o preço dos serviços reflecta os custos da água e do saneamento, como forma de garantir a sustentabilidade dos serviços, e promover o uso eficiente dos recursos, através de adequadas práticas ambientais, assegurando o cumprimento integral das obrigações legais, sem perder de vista as recomendações tendentes ao estabelecimento de tarifas socialmente aceitáveis, em particular as relacionadas com o aumento da escala territorial das intervenções e o aproveitamento integral dos financiamentos associados.

Em resumo, fica claro que as orientações nacionais para o sector assentam numa articulação de objectivos e de princípios de sustentabilidade, num contexto de grande exigência de gestão, com vista ao alcançar de tarifas dentro dos limites socialmente aceitáveis, esperando-se da investigação, desenvolvimento e inovação contributos decisivos para tais desideratos, em linha com o Decreto-Lei nº 194/2009, de 20 de Agosto, que estabelece o regime jurídico dos serviços municipais e intermunicipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos, que veio alterar o enquadramento legal do sector, estabelecendo princípios de universalidade de continuidade e qualidade de serviço, deficiência e equidade dos tarifários aplicados, entre outros, independentemente do modelo de gestão adoptado.

ACTIVIDADE DA EMPRESA

A Aquafundalia - Águas do Fundão, S.A., é a empresa concessionária do Contrato de Concessão da Exploração e Gestão dos Sistemas de Distribuição de Água Para Consumo Público e de Drenagem de Águas Residuais do Concelho do Fundão, por contrato celebrado a 24 de Fevereiro de 2011, com o Município do Fundão, e por um período de 30 anos.

A Concessão tem por objecto a exploração e a gestão dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha de efluentes do município do Fundão, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infra-estruturas e equipamentos previstos no plano de investimentos dos sistemas concessionados.

f n
r h
✓**Eventos Relevantes**

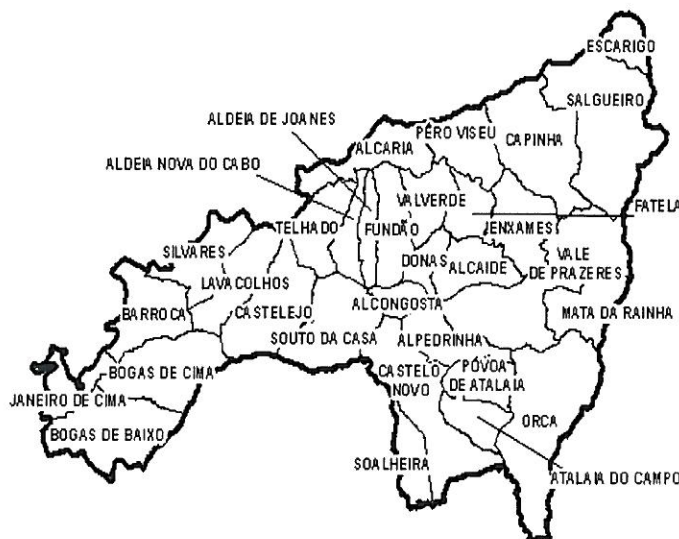
A 22 de fevereiro de 2012 foi enviado ao ERSAR, para emissão de parecer, a minuta de Adicional ao Contrato de Concessão da Exploração e Gestão dos Sistemas de Distribuição de Água Para Consumo Público e de Drenagem de Águas Residuais do Concelho do Fundão, destinado à adaptação do mesmo ao Decreto-Lei nº 194/2009.

INVESTIMENTO

O Plano de Investimentos da Concessionária, para todo o período de Concessão, atinge cerca 4 milhões de euros, a preços correntes. O valor total do investimento referido, deverá realizar-se durante os quatro primeiros anos de Concessão.

Além do mencionado Plano de Investimentos da Concessionária, a Aquafundalia irá realizar, durante o período de vida da concessão, outros investimentos associados ao seu funcionamento corrente no valor de mais de 8.4 milhões de euros.

Relativamente ao cumprimento dos trabalhos previstos no âmbito do Plano de Investimentos celebrado com o Município do Fundão, rubrica de referência na actividade corrente da Aquafundalia, o mesmo apresentava no final do ano de 2012 o seguinte desenvolvimento, de entre os quais podemos salientar os mais importantes:



- 7 -

Rubricas do Plano de Investimentos Executadas

Relativamente ao Plano de Investimentos Obrigatório da Concessão, foram concluídos os seguintes projetos:

- Instalação de equipamento para remoção de arsénio e controlo de pH e cloro de Vale de Prazeres e Cortiçada.
- Instalação de equipamento para remoção de arsénio e controlo de pH e cloro de Monte Leal.
- Instalação de equipamento para remoção de arsénio e controlo de pH e cloro de Quintas da Torre.
- Construção da rede de abastecimento da Quinta da Areeira.
- Ampliação da rede de saneamento das Donas.
- Benfeitorias das instalações eléctricas das redes de abastecimento de água e saneamento de águas residuais no concelho do Fundão.

Rubricas do Plano de Investimentos em Execução

- Remodelação do coletor da Ribeira de Silvares
- Reabilitação do parque de contadores

4/2/✓

No decorrer de 2012 foram substituídos 904 contadores. Esta renovação deve-se principalmente a avarias nos acessórios do contador, ou ao seu estado de conservação.

Relativamente aos locais municipais, foram já instalados 69 contadores de diferentes calibres, além de outros 25 em autarquias locais.

- Sectorização da rede de abastecimento de água

Com o fim de sectorizar a rede de abastecimento de água no concelho do Fundão, a Aquafundalia, instalou diversos contadores à saída de reservatórios e na rede de abastecimento.

- Plano de minimização de perdas de água

Durante os meses de Agosto e Setembro, a Aquafundalia contratou um técnico especialista em fugas de água, que percorreu a cidade do Fundão e algumas freguesias limítrofes com diversos instrumentos de detecção, nomeadamente infra-vermelhos, ruído e temperatura.

Deste trabalho resultou a identificação de algumas fugas e roturas. A sua reparação mostrou-se essencial na melhoria do rendimento hidráulico da rede.

Com o fim de minimizar as perdas de água, a Aquafundalia instalou também válvulas redutoras de pressão nas localidades de Telhado, Valverde, Adega, Castelo Novo, Resineira, Quinta da Ordem e Silves.

- Telegestão e telecontrolo

Durante o ano de 2012, a Aquafundalia deu continuidade ao processo de implementação do sistema de telegestão, estando neste momento na fase de concepção e calendarização da instalação dos sistemas.

- 8 -

Melhorias Fora do Plano de Investimentos

- Limpeza e desinfecção dos reservatórios

A Aquafundalia tem à data, sob sua gestão, 45 reservatórios das mais diversas tipologias e geometrias.

Durante o ano de 2012 a Aquafundalia lavou e desinfetou diversos reservatórios. Os reservatórios de Açor, Cabeço do Pião e de Enxabarda foram lavados e desinfetados por 3 ocasiões e o de Alpedrinha por 2 ocasiões.

Deste modo a Aquafundalia lavou e desinfetou um total de 42 % dos reservatórios existentes. Os restantes continuam a ser limpos e desinfetados, seguindo o plano de trabalho.

- Limpeza e desinfecção de instalações de correcção de agressividade

Uma água agressiva apresenta, como características, um elevado teor de dióxido de carbono (CO_2) livre, uma alcalinidade total reduzida e um pH baixo. Assim, os factores susceptíveis de serem alterados com vista à estabilização da água, por ajustamento do equilíbrio calco-carbónico, são precisamente o pH, o teor de CO_2 livre e a alcalinidade.

Deve salientar-se, porém, que estes factores estão interligados e que a variação de um deles pode significar a variação dos restantes. A correcção da agressividade é um processo de tratamento que tem como objectivo a estabilização de uma água que contém dissolvido um excesso de CO_2 livre (CO_2 agressivo) relativamente ao teor de CO_2 necessário ao equilíbrio de solubilidade do carbonato de cálcio (CO_2 equilibrante).

De forma a cumprir os valores paramétricos descritos no Decreto de Lei nº 306/2007 de 27 de Agosto, a Aquafundalia tem sob sua gestão diversas estações de correcção de agressividade e respectivo ajuste de pH, entre as quais, Alcongosta, Alpedrinha, Barroca, Castelo Novo, São Martinho, Silvaes e a recentemente construída do Açor. Destas lavou-se e desinfectou-se durante o ano de 2012 as estações de correcção de agressividade de Alcongosta, Alpedrinha e Castelo Novo.

- Instalação de um sistema de remoção de arsénio e ajuste de pH em Vale de Prazeres

Na zona de abastecimento de Vale de Prazeres e Cortiçada, as origens de água tem naturalmente teores de arsénio superiores ao limite estabelecido pelo Decreto de Lei nº 306/2007 de 27 de Agosto, assim em agosto de 2012 foi instalado um sistema de tratamento que contempla pré-oxidação química, adsorção de arsénio por filtração, correção de pH e desinfecção. Foi ainda instalado um sistema de ajuste automático de desinfetante residual e pH.

- Instalação de um sistema de remoção de arsénio e ajuste de pH em Monte Leal

Na zona de abastecimento de Monte Leal, a origem de água principal tem uma concentração de arsénio superior ao limite estabelecido pelo Decreto de Lei nº 306/2007 de 27 de Agosto, assim em junho de 2012 foi instalado um sistema de tratamento constituído por pré-oxidação química, adsorção de arsénio por filtração, correção de pH e desinfecção.

- Instalação de um sistema de remoção de arsénio, ferro e manganês e ajuste de pH em Quintas da Torre

Na zona de abastecimento de Quintas da Torre, a origem de água diversos parâmetros com concentração superior ao limite estabelecido pelo Decreto de Lei nº 306/2007 de 27 de Agosto, assim em junho de 2012 foi instalado um sistema de tratamento formado por pré-oxidação química, adsorção de ferro e manganês por filtração, adsorção de arsénio também por filtração, correção de pH e desinfecção.

- 9 -

- Construção da estação de correção de agressividade do Açor

Após os diversos incumprimentos de pH na zona de abastecimento de Açor e por existir possibilidade física para a sua construção, em novembro de 2012 procedeu-se à construção de um pequeno leito de brita calcária.

- Correção do sistema de ajuste de pH em Alcongosta

No início do ano de 2012, devido à diminuição do pH natural da água, a estação de correcção de agressividade na zona de abastecimento de Alcongosta não era eficaz no aumento do pH. Como nesta zona de abastecimento já existia um mecanismo doseador de reagente para ajuste de pH, a Aquafundalia adquiriu em Março de 2012 um agitador para a cuba já existente e procedeu à correção do sistema existente.

- Implementação de um sistema de higiene, segurança e saúde no trabalho

Foram melhoradas as condições de segurança nas diversas instalações dos sistemas de abastecimento e saneamento, nomeadamente com a colocação de sinalização, guarda corpos, grelhas de proteção, etc.

Aspectos Técnicos

- Volumes de água comprada e captada

O volume de água comprada diminuiu cerca de 15% em relação a igual período do ano de 2011 principalmente pelo aumento do rendimento hidráulico da rede, fruto da reparação de muitas roturas.

Handwritten signature and initials in blue ink.

Já em relação à água captada, devido à inexistência de contadores nas condutas adutoras, o valor apresenta-se estimado.

▪ Qualidade da água distribuída

A qualidade da água distribuída pela Aquafundalia aos utilizadores do concelho do Fundão é verificada através de inúmeras recolhas efectuadas periodicamente nos diversos pontos de amostragem.

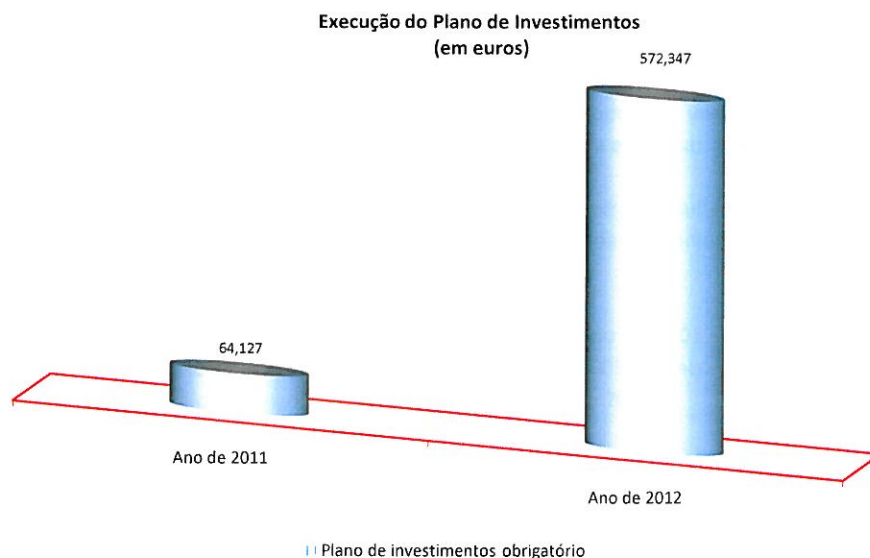
As amostras foram analisadas em laboratório externo, segundo calendarização do programa de controlo da qualidade da água (PCQA) para 2012.

Este programa foi aprovado em 20 de Agosto de 2012 pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), elaborado de acordo com a legislação em vigor à data de elaboração do documento, nomeadamente o Decreto-Lei 306/2007 de 27 de Agosto.

Plano de Investimentos Executado

O investimento em infra-estruturas, realizado durante o ano de 2012 foi de 508,219.86 euros, tendo a execução do Plano de Investimentos atingido no final de 2012 o montante acumulado de 572,347.20 euros, o qual, face ao valor inicialmente definido como obrigatório (2 milhões de euros), apresenta uma percentagem de realização de mais de 25%.

No gráfico abaixo apresenta-se a evolução registada ao nível das grandes rubricas do Plano de investimentos, relativamente ao ultimo ano e meio da sua execução:



OBJECTIVO ESTRATÉGICO/MISSÃO

A Aquafundalia assumiu, como seu objectivo fundamental, a satisfação das necessidades de distribuição de água e de recolha de águas residuais da população do município do Fundão, num quadro realista de sustentabilidade económica, financeira, técnica, social e ambiental.

Com a capacidade e o know-how do seu accionista, a Aquafundalia apresentou e mantém até hoje, um projecto baseado em dois pilares fundamentais:

- Máxima Qualidade do Serviço Prestado através da utilização de tecnologia de ponta a par com uma estrutura de pessoal altamente qualificado;
- Excelência na assistência ao utilizador (Cliente).

A Aquafundalia tem por missão a exploração e a gestão dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha de efluentes do município do Fundão, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infra-estruturas e equipamentos previstos no plano de investimentos dos sistemas concessionados.

RECURSOS HUMANOS

A política de gestão de recursos humanos da Aquafundalia é definida em relação directa com a estratégia do grupo FCC, no sentido de garantir a existência de um conjunto de procedimentos e ferramentas que contribuam directamente para a melhoria dos processos de gestão e que permitam alcançar os objectivos do sistema de gestão da qualidade, segurança, ambiente e responsabilidade aos quais nos propusemos, assegurando o envolvimento de todos os colaboradores.

Neste sentido, a Aquafundalia procura conciliar o interesse e os objectivos de cada colaborador com os da empresa, definindo princípios de melhoria contínua, investindo na formação, na motivação, bem como nas condições de trabalho e segurança.

O número médio de pessoas ao serviço da empresa, repartido por empregados e assalariados foi no exercício findo em 2012 de 23 pessoas, o mesmo número que em 2011.

- 11 -

ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

A evolução da situação económica da Aquafundalia espelha, entre outras, a realidade de uma empresa com uma gestão orientada para o equilíbrio da exploração, a médio prazo, de um serviço privado de cariz essencial, que procura níveis de atendimento e padrões de qualidade elevados, adoptando uma política tarifária que vise promover no médio prazo o equilíbrio económico-financeiro sustentável da empresa.

A análise económica e financeira que a seguir se apresenta procura resumir os resultados e a situação financeira e patrimonial, alcançadas pela Aquafundalia no ano de 2012, devendo ser lida em conjugação com as demonstrações financeiras do exercício e as respectivas notas.

Damos nota, que a empresa aplicou as normas IFRS para o exercício de 2012 e procedeu ao ajuste das demonstrações financeiras do exercício de 2009 (desde 1 de Janeiro de 2009), de acordo com a versão das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro em vigor à data de 31 de Dezembro de 2012.

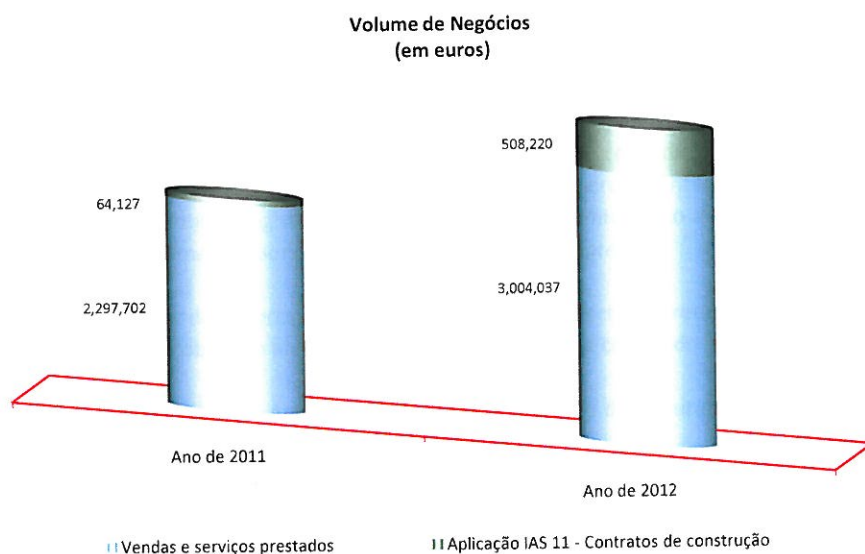
Volume de Negócios

O volume de negócios atingiu no final do período em análise, cerca de 3.512 milhões de euros (3.004 milhões de euros provenientes de Vendas e Serviços Prestados acrescidos de 0.508 milhões de euros originados pela aplicação da IAS 11), abaixo do estimado no plano estratégico elaborado para o mesmo período.

Comparando o exercício actual com o anterior (o qual registou apenas 8 meses da actividade inicial), verifica-se um incremento significativo na rubrica de Vendas e Serviços Prestados, cerca de 30.74% (de 2,297,701.98 euros em 2011 para 3,004,037.02 euros em 2012), tendo no mesmo sentido a rubrica de proveitos originados pela aplicação da IAS 11, acrescido a sua contribuição para o volume de negócios do período em análise em cerca de 692.52% face ao período anterior (de 64,127.34 euros em 2011 para 508,219.86 euros em 2012).

f r

Para um melhor entendimento, apresentamos o gráfico da evolução do volume de negócios:



Gastos e Perdas

O total dos gastos da Aquafundalia foi em 2012 de 3,485,878.14 euros, o qual comparado com o exercício anterior, que registou apenas 8 meses da actividade e foi de 2,369,157.09 euros, representa um acréscimo de 47.14%.

- 12 -

A rubrica de custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC), na qual se inclui o valor da compra de água referente ao período em análise registou 1,582,820.55 euros, representando cerca de 45.41% do total dos gastos do exercício. Comparativamente com o exercício anterior a mesma registava 1,175,981.95 euros, representando então cerca de 49.64% do total dos gastos do exercício.

A rubrica de fornecimentos e serviços externos (expurgada da aplicação da IFRIC 12 conjugada com a IAS 11 - Contratos de Construção), registou 779,626.76 euros, representando cerca de 22.37% do total dos gastos do exercício. Comparativamente com o exercício anterior a mesma registava 687,114.06 euros, representando cerca de 29.00% do total dos gastos do exercício. A variação entre exercícios da rubrica de fornecimentos e serviços externo foi de 13.46%.

Para o total dos gastos contribuiu também, de forma mais substancial este ano, a rubrica de subcontratos (pela aplicação da IFRIC 12 conjugada com a IAS 11 - Contratos de Construção), na parte respeitante à realização do Plano de Investimentos no ano de 2012, contribuindo para 14.58% dos gastos totais, o equivalente a 508,219.86 euros para o período em análise.

Relativamente aos gastos com o pessoal registaram-se 382,274.55 euros, representando cerca de 10.97% do total dos gastos do exercício. Comparativamente com o exercício anterior a mesma rubrica registava 296,942.52 euros, representando então cerca de 12.53% do total dos gastos do exercício. A variação entre exercícios da rubrica gastos com o pessoal apresenta um acréscimo de 28.74%.

A Aquafundalia registou em 2012, e pela primeira vez, dividas incobráveis no montante de 15,629.71 euros.

A rubrica de outros gastos e perdas registou em 2012 cerca de 17,905.43 euros (0.51% do total dos gastos do período), tendo registado em 2011 o montante de 19,860.58 euros (0.84% do total dos gastos do período). A variação entre exercícios da rubrica outros gastos e perdas apresenta um ligeiro decréscimo de 9.84%, para o qual contribuíram, entre outras, a contabilização de impostos e taxas no montante de 9,183.11 euros, gastos relativos a serviços bancários, no montante de 3,903.53 euros e donativos no montante de 2,800.00 euros.

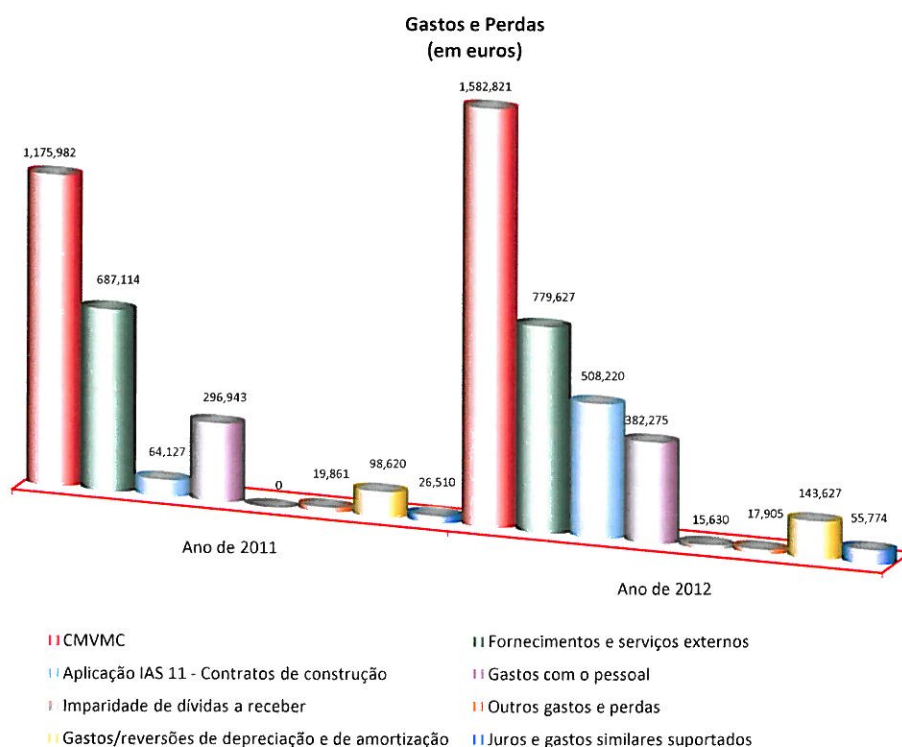
Handwritten signature and initials in blue ink.

O valor dos gastos com depreciações e de amortizações ajustou-se aos 12 meses decorridos, apresentando cerca de 143,627.30 euros, para o período em análise, face a 98,620.21 euros dos 8 meses do período anterior, representando esta rubrica, relativamente ao total dos gastos, respectivamente 4.12% em 2012 e 4.16% em 2011, sendo a sua variação de 45.64% entre períodos analisados.

Um das maiores variações, entre o período em análise e o período anterior, registou-se ao nível dos juros e gastos similares suportados pela Aquafundalia, a qual registou no período de 2012 cerca de 55,773.98 euros (equivalente a 1.60% do total dos gastos do exercício), que comparativamente com o exercício anterior representa um acréscimo de 110.39%, quando a mesma rubrica registava 26,510.43 euros (equivalente então a 1.12% do total dos gastos do exercício), o que se explica pelo maior valor da dívida líquida média da empresa.

O maior nível da dívida média da empresa, face ao ano anterior, reflecte sobretudo as exigências financeiras decorrentes da continuação das obras ao abrigo do Plano de Investimentos celebrado com o Município do Fundão.

No gráfico seguinte apresentamos, para melhor análise visual, a evolução da estrutura de gastos da Aquafundalia entre os períodos de 2009 e 2012.



- 13 -

Rendimentos e Ganhos

O total dos rendimentos da Aquafundalia foi em 2012 de 3,521,747.09 Euros, o qual comparado com o exercício anterior, que apenas registou 8 meses da actividade inicial, e que foi de 2,362,840.32 euros, representa um acréscimo de 49.05%.

A rubrica de vendas e serviços prestados registou em 2012 cerca de 3,004,037.02 euros, que comparado com o exercício anterior revela, como mencionado anteriormente, um acréscimo de 30.74% face ao valor de 2,297,701.98 euros em 2011.

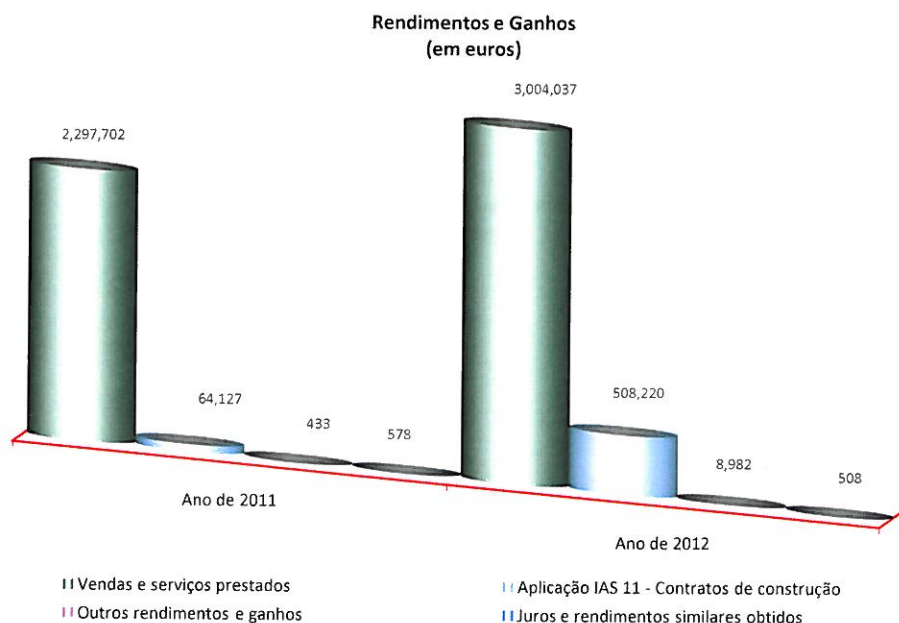
Handwritten notes in blue ink: "N", "R-", and a checkmark.

A rubrica subcontratos (pela aplicação da IFRIC 12 conjugada com a IAS 11 - Contratos de Construção), na parte respeitante à realização do Plano de Investimentos contribuiu em 2012 com 508,219.86 euros, comparativamente com o valor de 64,127.34 euros para o período anterior.

A rubrica de outros rendimentos e ganhos, que registou 8,981.73 euros, reflecte o valor do excesso de estimativa para impostos do ano anterior e ajustes efectuados sobre valores de exercícios anteriores. A mesma rubrica, registava em 2011 o valor de 432.90 euros.

Relativamente aos juros e rendimentos similares obtidos, o valor do presente exercício ficou-se pelos 508.48 euros, que comparativamente com o valor do exercício anterior, que foi de 578.10 euros, significa um ligeiro decréscimo de 12.04%.

No gráfico a seguir podemos observar o peso relativo das rubricas de rendimentos e ganhos, relativamente aos seus saldos anuais dos últimos 2 anos:

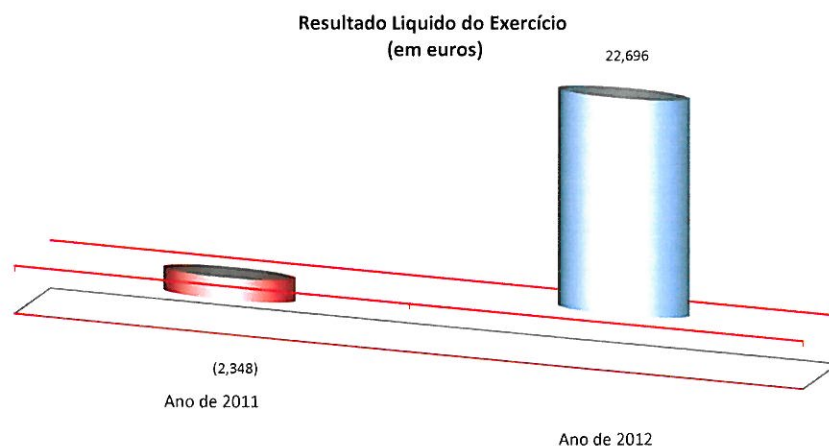


- 14 -

Resultado Líquido do Exercício

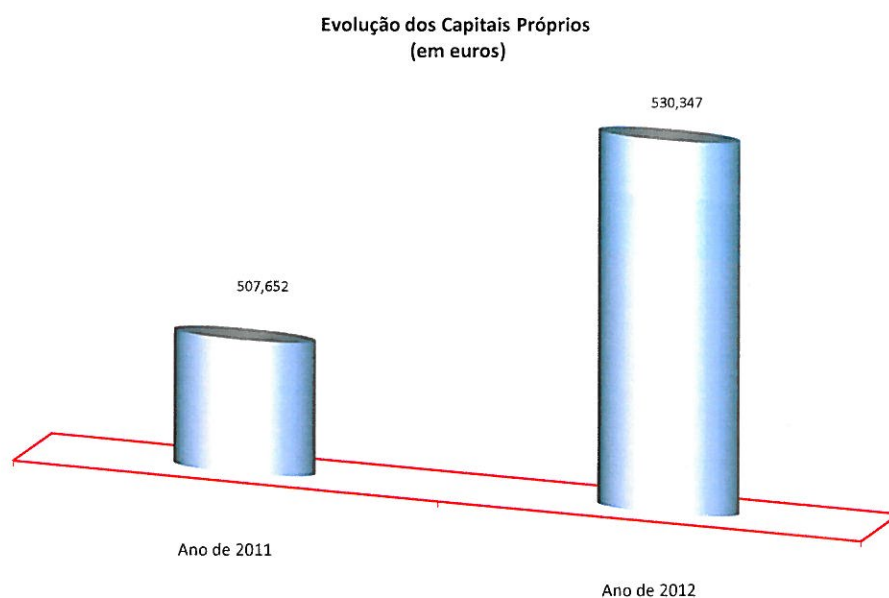
O resultado líquido do exercício, afectado pelo impacto do imposto diferido activo, que ascende a 22,695.58 euros, representa por si uma recuperação face ao exercício anterior, o qual se apresentou negativo em cerca de 2,348.17 euros.

O valor do resultado líquido do exercício de 2012, encontra-se no entanto grandemente afectado pelos encargos financeiros contabilizados na rubrica de dividas a instituições de crédito e sociedades financeiras - os quais, comparativamente com o ano anterior se agravaram em quase mais de 110%, e pelo valor registado nas rubricas de outros gastos e perdas e imparidades de dívidas a receber, as quais registaram cumulativamente em 2012 o valor 33,535.14 euros, o que representa um acréscimo de quase 70%, face ao período anterior, e relativamente às mesmas rubricas.



Evolução dos Capitais Próprios

Relativamente à evolução da rubrica de capitais próprios da Aquafundalia, a mesma apresenta-se no final do exercício de 2012, da seguinte forma:



- 15 -

A Aquafundalia encontra-se confiante na sua estratégia para enfrentar os desafios existentes e para alcançar o seu compromisso de crescimento sustentável, apesar do ambiente macroeconómico difícil e de um claro abrandamento do consumo.

No actual contexto de agravamento do quadro macroeconómico, as perspectivas elaboradas para 2013, embora mais difíceis de alcançar, mantêm-se válidas.

Rentabilidade

O resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) registado, foi de 234,761.75 euros relativamente ao período em análise, o qual comparativamente com o período anterior, representa um acréscimo de 98.55%.

Handwritten signature and initials in blue ink.

Relativamente ao resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos (EBIT), o mesmo apresenta, face ao ano anterior, um expressivo aumento de 364.60%, situando-se no final de 2012 em 91,134.45 euros.

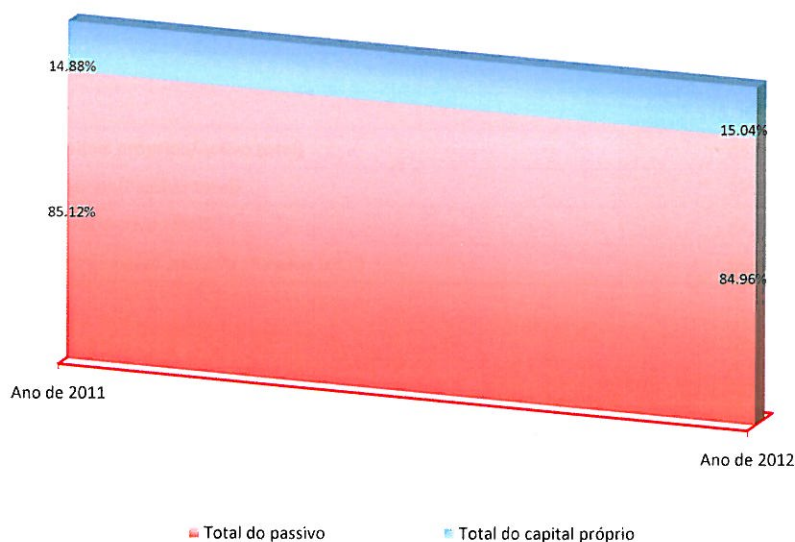
	Ano 2012	Ano 2011
Rentabilidade do activo total	0.62%	(0.07%)
Rentabilidade dos capitais próprios	4.28%	(0.46%)
Rentabilidade das vendas	0.65%	(0.10%)
EBITDA	234,761.75	118,235.77
EBIT	91,134.45	19,615.56

Estrutura Financeira

A análise da estrutura do Balanço, reflecte uma tendência de estabilidade entre as principais rubricas; activo, capital próprio e passivo.

Em valores absolutos, os registos mostram que o activo registou um crescimento de 3,410,527.62 euros em 2011 para 3,525,968.84 euros em 2012. O incremento desta rubrica de balanço, activo não corrente, ficou a dever-se em parte à contabilização como activo intangível em curso, de todos os trabalhos do plano de investimentos realizados ao abrigo do contrato de concessão durante o ano de 2012.

Estrutura do Balanço
(em %)

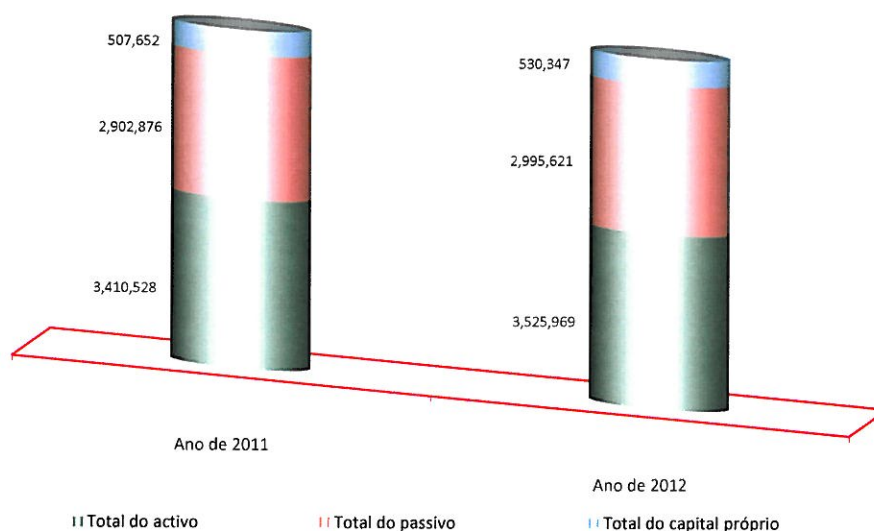


- 16 -

Em termos desagregados, os capitais próprios subiram de 507,651.83 euros em 2011 para 530,347.41 euros em 2012, mantendo de alguma forma estável a sua presença na estrutura de capitais, registando um ligeiro acréscimo, de 14.88% em 2011 para 15.04% em 2012, consequência de um menor incremento do valor do passivo (relativamente ao activo), o qual passou de 2,902,875.79 euros em 2011 para 2,995,621.43 euros em 2012.

Handwritten signature and initials in blue ink.

**Evolução dos Capitais Próprios
(em euros)**



Ao nível dos principais indicadores financeiros, numa análise global dos mesmos, e conforme se pode comprovar pelo quadro abaixo, verificou-se em 2012 uma relativa manutenção face ao ano de 2011:

	Ano 2012	Ano 2011
Capitais próprios	530,347.41	507,651.83
Passivo total	2,995,621.43	2,902,875.79
Passivo corrente	2,895,256.83	1,858,431.35
Activo total	3,525,968.84	3,410,527.62
Autonomia financeira (Capitais próprios/Activo total)	15.04%	14.88%
Solvabilidade (Capitais próprios/Passivo total)	17.70%	17.49%
Endividamento (Passivo total/Activo total)	84.96%	85.12%
Estrutura do endividamento (Passivo corrente/Passivo total)	96.65%	64.02%

- 17 -

FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO PERÍODO

Não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e, ou, divulgação nas contas do exercício.

EVOLUÇÃO PREVISIVEL DA ACTIVIDADE

O Conselho de Administração da Aquafundalia prossegue no seu mandato para o triénio 2011-2013 com um elevado sentido de responsabilidade que decorre do reconhecimento de que o difícil contexto nacional e internacional em que vivemos terá, inevitavelmente, consequências para a gestão da empresa.

Reconhecendo porém, que também nas crises surgem oportunidades, a Administração da Aquafundalia está determinada em aproveitar os tempos difíceis que atravessamos para implementar reformas que conduzam a uma maior redução de custos e a uma maior eficiência nos serviços prestados.

Alicerçados na experiência dos grupos empresariais a que pertence, na experiência adquirida ao longo dos últimos anos, e na competência dos seus trabalhadores, encaramos o futuro da Aquafundalia com muito optimismo e confiança.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E À SEGURANÇA SOCIAL

A empresa não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, nem ao Centro Regional de Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Administração propõe que ao resultado líquido do período, que ascendeu a 22,695.58 euros seja dada a seguinte aplicação:

- Para Reservas Livres: 21,560.80 euros
- Para Reservas Legais: 1,134.78 euros

AGRADECIMENTOS

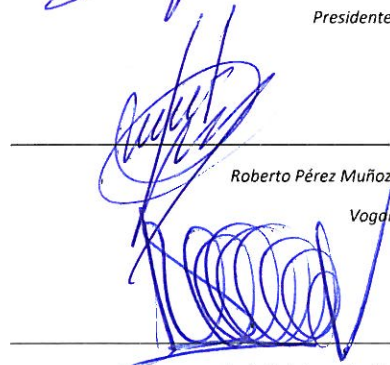
O Conselho de Administração da Aquafundalia aproveita a oportunidade para agradecer o empenho e a colaboração prestada por todos os Funcionários, Clientes, Fornecedores, Instituição Bancárias, e demais entidades que com a empresa se relacionaram.

Fundão, aos 31 de Março de 2013

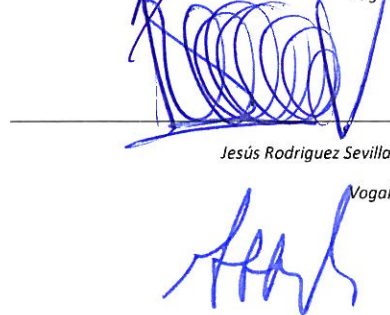
O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Miguel Jurado Fernandez
Presidente



Roberto Pérez Muñoz
Vogal



Jesús Rodríguez Sevilla
Vogal



Isidoro António Marbán Fernandez
Vogal

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Unidade monetária (1)

	NOTAS	2012	2011
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	3.2 ; 6	32,262.78	40,306.29
Activos intangíveis	3.1 ; 3.3 : 6	2,450,489.50	2,019,682.86
Activos por impostos diferidos	3.4 ; 7	26,596.62	11,777.78
sub-total		2,509,348.90	2,071,766.93
Activo corrente			
Inventários	3.5	35,078.06	28,490.57
Clientes	3.7 ; 9	717,559.56	913,235.40
Estado e outros entes públicos	3.4 ; 8	44,109.38	49,296.83
Outras contas a receber	3.7 ; 9	116,371.00	110,449.16
Diferimentos	4 ; 10	1,907.50	0.00
Caixa e depósitos bancários	3.7 ; 11	101,594.44	237,288.73
sub-total		1,016,619.94	1,338,760.69
Total do activo		3,525,968.84	3,410,527.62
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	3.6	510,000.00	510,000.00
Resultados transitados	3.6	(2,348.17)	0.00
Resultado líquido do período	3.6	22,695.58	(2,348.17)
Total do capital próprio		530,347.41	507,651.83
Passivo			
Passivo não corrente			
Outras contas a pagar	3.7 ; 13	100,364.60	1,044,444.44
sub-total		100,364.60	1,044,444.44
Passivo corrente			
Fornecedores	3.7 ; 13	124,107.47	216,457.68
Estado e outros entes públicos	3.4 ; 8	35,331.82	24,541.82
Accionistas/sócios	3.7 ; 12	1,715,000.00	715,000.00
Outras contas a pagar	3.7 ; 13	1,020,817.54	902,431.85
sub-total		2,895,256.83	1,858,431.35
Total do passivo		2,995,621.43	2,902,875.79
Total do capital próprio e do passivo		3,525,968.84	3,410,527.62

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Unidade monetária (1)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2012	2011
Vendas e serviços prestados	3.8 ; 14	3,512,256.88	2,361,829.32
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3.5 ; 15	(1,582,820.55)	(1,175,981.95)
Fornecimentos e serviços externos	16	(1,287,846.62)	(751,241.40)
Gastos com o pessoal	17	(382,274.55)	(296,942.52)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	(15,629.71)	0.00
Outros rendimentos e ganhos	18	8,981.73	432.90
Outros gastos e perdas	19	(17,905.43)	(19,860.58)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		234,761.75	118,235.77
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	20	(143,627.30)	(98,620.21)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		91,134.45	19,615.56
Juros e rendimentos similares obtidos	21	508.48	578.10
Juros e gastos similares suportados	21	(55,773.98)	(26,510.43)
Resultado antes de impostos		35,868.95	(6,316.77)
Imposto sobre o rendimento do período	22	(13,173.37)	3,968.60
Resultado líquido do período		22,695.58	(2,348.17)

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Unidade monetária (1)

RUBRICAS	2012	2011
Fluxos de caixa das actividades operacionais		
Recebimentos de clientes	3,621,519.59	1,672,194.41
Pagamentos a fornecedores	(3,129,734.63)	(1,344,816.13)
Pagamentos ao pessoal	(397,819.68)	(209,408.27)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(13,732.91)	(171.78)
Outros recebimentos/pagamentos	(345,597.61)	(44,788.75)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	(265,365.24)	73,009.48
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	(2,250.41)	(50,037.58)
Activos intangíveis	(812,813.14)	(983,434.34)
Recebimentos provenientes de:		
Juros e rendimentos similares	508.48	0.00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	(814,555.07)	(1,033,471.92)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	1,000,000.00	715,000.00
Subscrição de capital	0.00	510,000.00
Pagamentos respeitantes a:		
Juros e gastos similares	(55,773.98)	(27,248.83)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	944,226.02	1,197,751.17
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	(135,694.29)	237,288.73
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	237,288.73	0.00
Caixa e seus equivalentes no fim do período	101,594.44	237,288.73

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Unidade monetária (1)									
MOVIMENTOS NO PERÍODO	Capital nominal	Prestações suplementares e outros instrumentos de capital	Acções (quotas) próprias	Prémios de emissão	Reservas não distribuíveis	Reservas distribuíveis	Excedente de valorização de activos fixos	Ajustamentos ao valor de activos financeiros	Resultado líquido do período
Posição no início do período	510.000,00								(2.348,17)
Aplicação de resultados								(2.348,17)	2.348,17
Total dos aumentos/diminuições directos no capital próprio	510.000,00							(2.348,17)	507.651,83
Resultado líquido do período									22.695,58
Posição no fim do período	510.000,00							(2.348,17)	530.347,41

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Unidade monetária (1)									
MOVIMENTOS NO PERÍODO	Capital nominal	Prestações suplementares e outros instrumentos de capital	Acções (quotas) próprias	Prémios de emissão	Reservas não distribuíveis	Reservas distribuíveis	Excedente de valorização de activos fixos	Ajustamentos ao valor de activos financeiros	Resultado líquido do período
Subscrição de capital	510.000,00								510.000,00
Total dos aumentos/diminuições directos no capital próprio	510.000,00								510.000,00
Resultado líquido do período									(2.348,17)
Posição no fim do período	510.000,00								(2.348,17)

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Aquafundalia - Águas do Fundão, S.A., é uma sociedade anónima, com sede na Rua Fernando Pessoa, Lote 195 no Fundão, constituída a 17 de Fevereiro de 2011, no Cartório Notarial de Lisboa, tendo iniciado a sua actividade a 1 de Maio de 2011, tendo como actividade principal a concessão da Exploração e a Gestão dos Serviços Públicos Municipais de Distribuição de Água para Consumo Público e de Recolha de Efluentes do Município do Fundão, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infra-estruturas e equipamentos previstos no plano de investimentos dos sistemas concessionados.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de Julho, foi revogado o Plano Oficial de Contabilidade (POC) e as Directrizes Contabilísticas com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2010. Assim, para o exercício que se iniciou após esta data a empresa passou a fazer o relato contabilístico das suas contas de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) que fazem parte integrante do SNC.

Não houve derrogações excepcionais de disposições do SNC tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da empresa.

Relativamente às demonstrações financeiras, as mesmas apresentam no ano de 2011, apenas 8 meses de actividade, pelo que não são diretamente comparáveis com as demonstrações financeiras dos 12 meses de 2012.

- 24 -

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras da Aquafundalia, apresentadas em anexo foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa mantidos de acordo com o SNC.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando políticas contabilísticas consistentes com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IAS /IFRS"), tal como adoptadas na União Europeia a 1 de Janeiro de 2010, nas matérias omissas relativamente ao âmbito da aplicação do SNC.

3.1. ACTIVIDADE CONCESSIONÁRIA

A empresa exerce uma actividade que se constitui na prestação de serviços de interesse económico geral, indispensável ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das actividades económicas e à protecção do meio ambiente. Esta actividade é desenvolvida num enquadramento de melhoria contínua da prestação dos serviços públicos de distribuição de água para consumo público e de recolha de águas residuais. As mesmas são desenvolvidas num contexto definido pela legislação e regulamentação em vigor, pelo disposto nos contratos de concessão de serviço público celebrados com o Estado e pelas disposições e recomendações emitidas pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).

Como prestador de um serviço público, a empresa opera num ambiente regulado. O regulador – ERSAR – nos termos das legislações em vigor, regula entre outros aspectos, a tarifa a cobrar pelos serviços prestados. No balanceamento do interesse público com o equilíbrio económico-financeiro das empresas nos termos do contrato de concessão, o regulador pode tomar medidas com impacto negativo no cashflow, com todas as consequências adversas que daí resultam.

As tarifas a praticar pela empresa carecem de aprovação pelo órgão que exerce o poder concedente, mediante o parecer do regulador sobre a sua adequabilidade.

Tendo em conta a hierarquia definida na IAS 8 – Políticas Contabilísticas e as circunstâncias específicas dos contratos de concessão em vigor, a empresa adoptou as regras internacionalmente aplicáveis às empresas que actuam em mercados com estas características (nomeadamente o FAS 71 emitido pelo FASB e a ED emitidas pelo IASB). Estas regras prescrevem que uma empresa deve reconhecer nas suas demonstrações financeiras os efeitos da sua actividade operacional, desde que preste serviços cujos preços estejam sujeitos a regulação.

IFRIC 12

A concessão inclui uma infra-estrutura já edificada pelo município, a construção de novas infra-estruturas, a manutenção das mesmas e a sua operação. No final do prazo, estas infra-estruturas retornam ao concedente em pleno estado de utilização.

Por não deter o controlo sobre as infra-estruturas, à luz do definido pela IFRIC 12 foi reconhecido, como contrapartida do valor a pagar ao município, um activo intangível correspondente a um direito de cobrar aos utilizadores da infra-estrutura de uso público, uma vez que o risco da procura é assumido pelo concessionário.

A empresa estabeleceu contratualmente uma obrigação de efectuar um investimento total de 2 milhões de euros.

De acordo com a IFRIC 12, caso a finalidade de tal investimento seja de manter ou restaurar a infra-estrutura, a obrigação contratual deve ser reconhecida e mensurada de acordo com a IAS 37, ou seja a melhor estimativa do valor presente do custo que será necessário para realizar a obrigação. Alterações subsequentes na mensuração da responsabilidade devem ser adicionadas ou deduzidas ao custo do activo intangível.

- 25 -

Tratando-se de um investimento de expansão, a IFRIC 12 preconiza que o investimento deve ser reconhecido no Activo à medida que vai sendo realizado, e de acordo com a IAS 11 – Contratos de Construção (percentagem de acabamento) durante a sua execução. É entendimento da Administração que o Plano de Investimento estabelecido com o Município se trata de um plano de investimento de expansão e não apenas de manutenção e restauração uma vez que preconiza uma melhoria contínua das condições actuais e construção de novas infra-estruturas.

Uma vez que a concessão contempla a prestação de mais do que um serviço – o de construção, modernização e renovação das infra-estruturas e o de exploração e gestão da concessão, a Aquafundalia reconhece os réditos e os custos relacionados com a construção das infra-estruturas concessionadas de acordo com a IAS 11 – Contratos de Construção, o qual se materializa num direito de cobrar aos utilizadores por um serviço público, e o rédito e os custos relacionados com a operação de acordo com a IAS 18 – Rédito. De salientar que o direito de cobrar aos utilizadores por um serviço público não se traduz num direito incondicional de receber uma determinada quantia, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

3.2. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas a partir do momento em que os activos se encontram disponíveis para utilização, de acordo com as seguintes vidas médias úteis estimadas:

	Vida Útil
Grupo 2 - Instalações	10 anos
Grupo 3 - Maquinas, aparelhos e ferramentas	3 a 8 anos
Grupo 4 - Material rolante ou de transporte	4 anos
Grupo 5 - Elementos diversos	8 anos

No momento do abate ou alienação serão calculados os ganhos ou perdas respectivos, face ao valor líquido dos bens, e serão registados como outros proveitos ou custos operacionais.

3.3. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Nos termos do contrato de concessão, a concessionária reconhece um activo intangível na medida em que lhe seja conferido o direito (licença) de cobrar um preço aos utentes do serviço público.

Como no presente acordo de concessão a concessionária é remunerada em relação aos serviços de construção, modernização e renovação das infra-estruturas com base num activo intangível.

O activo intangível tem por base o reconhecimento dos gastos de construção, modernização e renovação das infra-estruturas incorridos, na percentagem na proporção do total do investimento estabelecido com o município.

O activo intangível é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção de benefício económicos associados ao mesmo, e são determinados pela regulação económica e pela aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador. As amortizações são calculadas tendo por base o prazo da concessão previsto no estudo de viabilidade económico-financeiro.

3.4. ACTIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS E IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, excepto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos directamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

- 26 -

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo de balanço, considerando-se as diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de activos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um activo ou passivo numa transacção que não seja uma concentração empresarial, que à data da transacção não afecta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos activos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido activo para a mesma altura e com a mesma autoridade.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data do balanço e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos activos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

Os impostos diferidos são registados no Resultado líquido do período, em Outras Reservas ou em Excedentes de revalorização de activos tangíveis ou intangíveis, consoante o registo da transacção ou evento que lhes deu origem.

3.5. INVENTÁRIOS

As mercadorias encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado, utilizando-se o custo médio como método de custeio. São registadas perdas por imparidade nos casos em que o custo seja superior ao valor estimado de recuperação.

3.6. RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

- Capital realizado

Handwritten signature and initials in blue ink.

Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

- Resultados transitados

Esta rubrica inclui os resultados dos períodos anteriores, para os quais não existe uma deliberação específica sobre a sua aplicação (se lucros), ou cobertura (se prejuízos).

- Resultado líquido do período

Esta rubrica inclui os ganhos e perdas reconhecidos no exercício.

3.7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros na empresa classificam-se conforme detalhe seguinte e a sua mensuração depende da categoria:

- Clientes

As dívidas de clientes e as outras dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade, para que as mesmas reflectam o valor realizável líquido. As perdas por imparidade serão registadas quando existir informação objectiva da incobrabilidade da dívida.

- Estado e outros entes públicos

Os saldos activos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

- Outras contas a receber

As outras contas a receber incluem, Devedores por acréscimos de rendimentos, Dívidas do pessoal e Outros devedores, e encontram-se valorizadas ao custo.

- Diferimentos

Esta rubrica reflete as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequada o seu integral reconhecimento nos resultados do período em que ocorrem, mas que devam ser reconhecidos nos resultados de períodos futuros.

- Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e depósitos bancários correspondem aos valores de caixa e outros depósitos, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

- Outras contas a pagar

As outras contas a pagar incluem, Credores por acréscimos de rendimentos, Fornecedores de investimento, Dívidas ao pessoal e Outros credores, e encontram-se valorizadas ao custo.

▪ Fornecedores

As contas a pagar são reconhecidas inicialmente pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, são mensuradas ao custo.

3.8. RÉDITO E ESPECIALIZAÇÃO DOS PERÍODOS

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo seu justo valor do montante a receber.

Os proveitos resultantes das prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados em função do grau de execução do serviço, ou no caso dos contratos de manutenção no período de vigência dos contratos. As prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo justo valor do montante a receber.

A empresa regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização dos períodos pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

3.9. PROVISÕES, ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Sempre que a empresa reconhece a existência de uma obrigação fruto de um evento passado, a qual exige o dispêndio de recursos, e sempre que o seu valor possa ser razoavelmente estimado, é constituída uma provisão. Estas provisões são revistas à data do balanço de forma a transmitirem uma estimativa actual.

Na possibilidade de uma das condições anteriores não ser cumprida, mas mantenha-se a possibilidade de afectar os períodos futuros, a empresa não reconhece um passivo contingente, mas promove a sua divulgação.

Quando se verificam activos contingentes resultantes de eventos passados, mas cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos, estes não são registados. À semelhança dos passivos, também os activos contingentes são divulgados.

3.10. ACRÉSCIMOS DE GASTOS COM INVESTIMENTOS REVERSÍVEIS

Em cumprimento do estipulado nos contratos de concessão é registada a quota-parte anual dos gastos estimados para fazer face aos encargos futuros em investimentos reversíveis da concessão.

Estes acréscimos são calculados com base no investimento reversível definido no modelo económico de suporte ao contrato de concessão, e são registadas em resultados por contrapartida de passivo não corrente.

Saliente-se que os acréscimos de gastos para investimentos reversíveis visam garantir o princípio da especialização dos exercícios e o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão, dos proveitos (tarifas) e dos custos (incorridos e a incorrer) que constituem a sua base de cálculo.

Estes acréscimos são reconhecidos em custos na rubrica amortizações do exercício e no passivo (não corrente), sendo transferido o passivo para amortizações acumuladas aquando da concretização do investimento subjacente.



3.11. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos subsequentes à data do balanço que integram elementos adicionais aos registos em final de período, são reflectidos nas demonstrações financeiras, enquanto que os eventos que integram elementos sobre registos posteriores à data do balanço, são divulgados nas notas do anexo.

3.12. GESTÃO DO RISCO

O risco financeiro ao qual se encontra exposta a empresa é pouco diverso, envolvendo apenas taxas de juro e crédito concedido.

Os empréstimos bancários vencem juros indexados a taxas de referência de curto prazo (entre 1 a 6 meses) e como tal as suas variações contribuem para afectar os resultados.

O risco de crédito é muito limitado uma vez que o principal Cliente é uma entidade de baixo risco, não se justificando economicamente a constituição de seguro de crédito.

3.13. ALTERAÇÃO DE POLÍTICAS, ESTIMATIVAS E ERROS FUNDAMENTAIS

Os valores estimados referentes aos activos e passivos são baseados nas últimas informações disponíveis. As revisões das estimativas em períodos seguintes são reconhecidas em resultados e são objecto da divulgação adequada à sua materialidade.

Perante os erros materialmente relevantes, relativos a períodos anteriores, proceder-se-á à revisão da informação comparativa apresentada nas demonstrações.

- 29 -

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A preparação de demonstrações financeiras exige que a gestão da empresa efectue julgamentos e estimativas que afectam os montantes de proveitos, custos, activos, passivos e divulgações à data do reporte da informação financeira.

Estas estimativas são determinadas pelos julgamentos da gestão da empresa, baseados: (i) na melhor informação e conhecimento de eventos presentes e em alguns casos em relatos de peritos independentes e (ii) nas acções que a empresa considera poder vir a desenvolver no futuro.

Todavia, na data de concretização das operações, os seus resultados poderão ser diferentes dos apresentados nestas estimativas.

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2012, não ocorreram alterações significativas de estimativas contabilísticas, face àquelas consideradas na preparação da informação financeira relativa ao período findo em 31 de Dezembro de 2011.

5. PARTES RELACIONADAS

A sociedade faz parte do grupo FCC - Fomento de Construcciones y Contratas, S.A., através da participação de 100.00 % da empresa aqualia - Gestion Integral del Agua, S.A. As contas da sociedade são incluídas na consolidação de contas do respectivo grupo.

Relativamente às transacções entre partes relacionadas, a 31 de Dezembro de 2012, o detalhe dos saldos respectivos era o seguinte:

	Ano 2012	Ano 2011
Passivo		
Fornecedores C/C		
aqualia - Gestion Integral del Agua, S.A. (Representação Permanente em Portugal)	72,153.67	85,349.05
<i>(Transacções relativas a Trabalhos Especializados. As condições de pagamentos são idênticas às aplicadas aos restantes fornecedores)</i>		
Accionistas/Sócios		
aqualia - Gestion Integral del Agua, S.A. (Delegação de Madrid)	1,715,000.00	715,000.00
<i>(Transacções relativas a Empréstimos Concedidos pela casa-mãe. As condições de pagamentos são as especificadas no contrato de empréstimo assinado entre as partes)</i>		
Fornecedores de investimentos		
aqualia - Gestion Integral del Agua, S.A. (Representação Permanente em Portugal)	407,936.00	0.00
<i>(Transacções relativas a aquisição de Imobilizado. As condições de pagamentos são idênticas às aplicadas aos restantes fornecedores)</i>		
Outros devedores e credores		
aqualia - Gestion Integral del Agua, S.A. (Delegação de Madrid)	42,169.03	25,184.91
<i>(Transacções relativas a juros do empréstimo concedido pela casa-mãe. As condições de pagamentos são as especificadas no contrato de empréstimo assinado entre as partes)</i>		
Total	2,237,258.70	825,533.96

6. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2012, o movimento ocorrido no valor dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

ACTIVO BRUTO TANGÍVEL	Saldo em 31.12.2011	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Saldo em 31.12.2012
Activos fixos tangíveis				
Equipamento básico	21,830.04			21,830.04
Equipamento de transporte	4,350.01	2,250.41		6,600.42
Equipamento administrativo	23,857.53			23,857.53
Total	50,037.58	2,250.41		52,287.99
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS				
Activos fixos tangíveis				
Equipamento básico	3,906.39	3,906.40		7,812.79
Equipamento de transporte	1,087.50	1,650.10		2,737.60
Equipamento administrativo	4,737.40	4,737.42		9,474.82
Total	9,731.29	10,293.92		20,025.21
Saldo líquido	40,306.29	(8,043.51)		32,262.78
ACTIVO BRUTO INTANGÍVEL	Saldo em 31.12.2011	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Saldo em 31.12.2012
Activos intangíveis				
em Firma	2,000,000.00	193,436.98		2,193,436.98
em Curso	64,127.34	314,782.88		378,910.22
Total	2,064,127.34	508,219.86		2,572,347.20

AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS			
Activos intangíveis			
em Firme	44,444.48	77,413.22	121,857.70
Total	44,444.48	77,413.22	121,857.70
Saldo líquido	2,019,682.86	430,806.64	2,450,489.50

7. IMPOSTOS DIFERIDOS

O Detalhe da rubrica de impostos diferidos a 31 de Dezembro de 2012, e de acordo com as diferenças temporárias que lhe deram origem, era o seguinte:

	Ano 2012		Ano 2011	
	Activos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	Activos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Saldo inicial	11,777.78			
Efeitos na demonstração de resultados				
Aumento/(Utilização) de prejuízos fiscais reportáveis	0.00		0.00	
Aumento/(Redução) de ajustamentos não aceites para efeitos fiscais	14,818.84		11,777.78	
Total dos efeitos na demonstração de resultados	14,818.84		11,777.78	
Saldo final	26,596.62		11,777.78	

- 31 -

8. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A 31 de Dezembro de 2012 o detalhe da conta de Estado e Outros Entes Públicos apresentava-se da seguinte forma:

	Ano 2012	Ano 2011
Activo		
Imposto sobre o rendimento	6,095.47	171.74
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	38,013.91	49,125.09
Total	44,109.38	49,296.83
Passivo		
Imposto sobre o rendimento	27,992.21	7,809.18
Retenção de Impostos sobre o rendimento	1,677.95	2,784.14
Contribuições para a segurança social	5,661.66	13,948.50
Total	35,331.82	24,541.82

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS DEVEDORES

A rubrica Clientes C/C reflecte o valor em dívida dos consumidores finais a 31 de Dezembro de 2012.

	Ano 2012	Ano 2011
Clientes		
Clientes C/C	733,189.27	913,235.40
Perdas por Imparidade Acumuladas	(15,629.71)	0.00
Total	717,559.56	913,235.40

A 31 de Dezembro de 2012, a rubrica de Outras Contas a Receber apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2012	Ano 2011
Outras contas a receber		
Devedores por acréscimos de rendimentos (1)	112,280.75	110,449.16
Devedores e credores diversos	4,090.25	0.00
Total	116,371.00	110,449.16

(1) O valor da rubrica Devedores por Acréscimos de Rendimentos, acima mencionado, corresponde à especialização do exercício na parte de receitas, que respeitam ao desfasamento temporal, entre a facturação e a contagem real dos consumos efectuados.

10. DIFERIMENTOS

A 31 de Dezembro de 2012, a rubrica de Diferimentos apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2012	Ano 2011
Diferimentos		
Gastos a reconhecer	1,907.50	0.00
Total	1,907.50	0.00

11. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O detalhe de caixa e seus equivalentes constantes das demonstrações dos fluxos de caixa do período findo em 31 de Dezembro de 2012 e a reconciliação entre esse valor e o montante de caixa e equivalentes de caixa constante da demonstração da posição financeira nessa data era:

	Ano 2012	Ano 2011
Caixa	8,651.96	5,268.60
Depósitos à ordem		
Caixa Geral de Depósitos	61,896.20	196,540.78
Banco Espírito Santo	31,046.28	35,479.35
Total	101,594.44	237,288.73
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	101,594.44	237,288.73

12. ACCIONISTAS E SÓCIOS

Em 31 de Dezembro de 2012, a rubrica de Accionistas e Sócios apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2012	Ano 2011
Accionistas/Sócios		
Empréstimos concedidos		
aqualia - Gestion Integral del Agua, S.A.	1,715,000.00	715,000.00
Total	1,715,000.00	715,000.00

Nota: O valor apresentado na rubrica de accionistas/sócios diz respeito a um empréstimo corrente da casa-mãe, com vencimento anual a 31 de Dezembro de cada ano e renovações sucessivas. Este financiamento está neste momento negociada à taxa de juro de 3.00% acrescida de Euribor a 3 meses.

13. CONTAS A PAGAR A FORNECEDORES E OUTROS CREDITORES

A rubrica de fornecedores de conta corrente reflecte as facturas em aberto, a pagar a fornecedores diversos, à data de 31 de Dezembro de 2012, sendo o seu detalhe o seguinte:

Handwritten signature and initials in blue ink.

	Ano 2012	Ano 2011
Fornecedores		
Fornecedores C/C	124,107.47	216,457.68
Total	124,107.47	216,457.68

Em 31 de Dezembro de 2012, a rubrica de Outras Contas a Pagar apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2012	Ano 2011
Passivo não corrente		
Outras contas a pagar		
Relativas a investimentos reversíveis (nota 3.10)	100,364.60	44,444.44
Relativas a infra-estruturas existentes	0.00	1,000,000.00
Total	100,364.60	1,044,444.44

	Ano 2012	Ano 2011
Passivo corrente		
Outras contas a pagar		
Pessoal	17,809.17	26,932.76
Fornecedores de investimentos	407,936.00	16,565.66
Credores por acréscimos de gastos	294,856.29	481,135.99
Devedores e credores diversos	300,216.08	377,797.44
Total	1,020,817.54	902,431.85

- 33 -

Nota: A variação da rubrica acima mencionada resulta em parte, do aumento do valor em dívida para com a aqualia - Gestion Integral del Agua, S.A. (Representação Permanente em Portugal), relativamente à realização do Plano de Investimentos contratado com o Município do Fundão, associado a uma redução do montante do valor dos acréscimos de custos a transitar para exercícios posteriores.

14. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Em 31 de Dezembro de 2012, a rubrica de Vendas e Prestações de Serviços apresentava o seguinte o detalhe:

	Ano 2011
Vendas	1,885,555.27
Serviços prestados	1,118,481.75
Subcontratos (2)	508,219.86
Total	3,512,256.88
	2,361,829.32

(2) Corresponde à componente de proveitos reconciliados na actividade de construção, reparação e manutenção das infraestruturas tal como referido nas notas 2 e 3.

15. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

A 31 de Dezembro de 2012 o detalhe da conta de Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas é o seguinte:

	Ano 2012	Ano 2011
Matérias-primas		
Existências iniciais	28,490.57	0.00
Compras	1,589,408.04	1,204,472.52
Existências finais	35,078.06	28,490.57
Saldo líquido	1,582,820.55	1,175,981.95

16. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A 31 de Dezembro de 2012, a rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos apresentava o seguinte o detalhe:

	Ano 2012	Ano 2011
Subcontratos	0.00	15,000.00
Subcontratos (2)	508,219.86	64,127.34
Serviços especializados	523,571.97	476,032.72
Materiais	9,682.51	21,773.38
Energia e fluidos	80,305.42	78,511.35
Deslocações, estadas e transportes	7,231.94	3,903.94
Serviços diversos	158,834.92	91,892.67
Total	1,287,846.62	751,241.40

(2) Corresponde à componente de custos reconciliados na actividade de construção, reparação e manutenção das infraestruturas tal como referido nas notas 2 e 3.

17. CUSTOS COM O PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2012, a rubrica de Custos com o Pessoal apresentava o seguinte o detalhe:

	Ano 2012	Ano 2011
Remunerações	302,180.14	238,623.93
Encargos sociais	56,783.98	42,613.75
Seguros de acidentes de trabalho	5,096.22	1,956.96
Gastos de acção social (SHT)	4,790.61	1,678.34
Outros gastos com o pessoal	13,423.60	12,069.54
Total	382,274.55	296,942.52

Nota: O número médio de pessoas ao serviço da empresa, repartido por empregados e assalariados foi no exercício findo em 2011 de 23 pessoas.

18. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Em 31 de Dezembro de 2012 o detalhe da rubrica de Outros Rendimentos e Ganhos era como segue:

	Ano 2012	Ano 2011
Excesso da estimativa para impostos	630.13	0.00
Correcções relativas a períodos anteriores	8,242.46	0.00
Outros rendimentos e ganhos	109.14	432.90
Total	8,981.73	432.90

19. OUTROS GASTOS E PERDAS

Em 31 de Dezembro de 2012, a rubrica de Outros Gastos e Perdas apresentava a seguinte decomposição:

	Ano 2012	Ano 2011
Impostos e taxas	9,183.11	14,662.84
Donativos	2,800.00	2,500.00
Multas e penalidades	561.00	100.00
Serviços bancários	3,903.53	1,316.50
Gastos de períodos anteriores	153.50	1,281.24
Outros não especificados	1,304.29	0.00
Total	17,905.43	19,860.58

20. GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2012, o detalhe de gastos/reversões de depreciação e de amortização era o seguinte:

	Ano 2012	Ano 2011
Activos fixos tangíveis		
Equipamento básico	3,906.40	3,906.39
Equipamento de transporte	1,650.10	1,087.50
Equipamento administrativo	4,737.42	4,737.40
Activos intangíveis		
Outros activos intangíveis (Cannon)	66,666.72	44,444.48
Outros activos intangíveis (Reversíveis)	66,666.66	44,444.44
Total	143,627.30	98,620.21

21. RESULTADOS FINANCEIROS

A rubrica de Resultados Financeiros apresentava no período findo em 31 de Dezembro de 2012 a seguinte composição:

	Ano 2012	Ano 2011
Juros obtidos		
Juros e rendimentos similares obtidos	508.48	578.10
Total	508.48	578.10
Juros suportados		
Juros de financiamentos obtidos	55,773.98	26,510.43
Total	55,773.98	26,510.43
Resultados financeiros	(55,265.50)	(25,932.33)

22. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A empresa encontra-se sujeita à tributação em sede de Imposto Sobre Rendimentos de Pessoas Colectivas (IRC) á taxa de 25% sobre a matéria colectável.

Ao valor da colecta de IRC acresce Derrama, a qual incide sobre o lucro tributável, que variará consoante o Município em questão. No caso do Município do Fundão a Derrama é de 1.50%.

Nos termos do Código do Imposto Sobre Rendimentos de Pessoas Colectivas (CIRC), a empresa encontra-se também sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos, às taxas e condições nele previstas.

O imposto sobre o rendimento reconhecido na demonstração de resultados, no período findo em 31 de Dezembro de 2012, apresenta o seguinte detalhe:

	Ano 2012	Ano 2011
Resultado líquido do período (expurgado do impacto do imposto diferido)	7,876.74	(14,125.95)
Amortização de investimentos reversíveis não aceites	66,666.66	44,444.44
Donativos	2,800.00	2,500.00
IRC e outros impostos incidentes sobre lucros	27,992.21	7,809.18
Multas, coimas, juros compensatórios e demais infrações	561.00	100.00

Handwritten notes in blue ink: "f n" and "R."

	Ano 2012	Ano 2011
Correcções de períodos anteriores	0.00	1,281.24
Amortização de investimentos reversíveis aceites	(10,746.50)	0.00
Excesso da estimativa para impostos	(630.13)	0.00
Lucro tributável	94,519.98	42,008.91
Prejuízos reportados de anos anteriores (2011)	2,348.17	
Materia colectável	92,171.81	42,008.91
Imposto à taxa de 10,00% (a)	0.00	4,200.89
Imposto à taxa de 25,00%	23,042.95	0.00
Pagamento especial por conta	5,523.66	0.00
Retenções na fonte	71.71	171.74
Pagamento por conta	0.00	0.00
IRC a pagar	17,447.58	4,029.15
Derrama	1,417.80	630.13
Tributações autónomas	3,531.45	2,978.16
Total a pagar	22,396.84	7,637.44
Imposto do período	27,992.21	7,809.18

(a) Auxílio concedido até ao limite de 200.000,00 euros por empresa, a novas entidades, durante os primeiros cinco exercícios de actividade. Sobre o excedente aplica-se a taxa geral de IRC.

- 36 -

23. ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, GARANTIAS E COMPROMISSOS

23.1 ACTIVOS CONTINGENTES

À data de 31 de Dezembro de 2012, não existiam na Aquafundalia activos contingentes, nem conhecimento de que pudessem vir a registar-se, relativamente ao período em questão.

23.2 PASSIVOS CONTINGENTES, GARANTIAS E COMPROMISSOS

Foram prestadas pelas seguintes entidades, garantias bancárias à Câmara Municipal do Fundão, para garantia do cumprimento das obrigações assumidas no contrato celebrado com aquela entidade.

	Ano 2012	Ano 2011
aqualia - Gestion Integral del Agua, S.A.	1,800,000.00	1,800,000.00
Total	1,800,000.00	1,800,000.00

Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de Aquafundália - Águas do Fundão, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2012 (que evidencia um total de 3.525.968,84 Euros e um total de capital próprio de 530.347,41 Euros, incluindo um resultado líquido de 22.695,58 Euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e o Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de Aquafundália - Águas do Fundão, S.A., em 31 de Dezembro de 2012, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Ênfase

9. Sem afectar a opinião sobre as demonstrações financeiras, chamamos a atenção para o facto de, conforme descrito na Nota 2 do Anexo, os valores relativos quer ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, quer ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, evidenciados nas demonstrações financeiras anexas, não são comparáveis pelo facto de o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 abranger 8 meses de actividade.

Lisboa, 31 de Maio de 2013

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:



João Carlos Miguel Alves (ROC nº 896)

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas,

Em cumprimento do disposto na alínea g) do artº. 420 do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa acção fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações financeiras e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração de Aquafundália - Águas do Fundão, S.A., referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.

No decurso do exercício, acompanhámos a actividade da empresa tendo efectuado os seguintes procedimentos:

- Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- Verificámos a adequação dos documentos de prestação de contas;
- Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da sociedade;
- Confirmámos que o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, satisfazem os requisitos legais aplicáveis e reflectem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício
- Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade;
- Cumprimos as demais atribuições constantes da lei.

No decurso dos nossos actos de verificação e validação que efectuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal contas que efectuámos, foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas, sem reservas e com uma ênfase e cujo conteúdo consideramos parte integrante deste relatório.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:

Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas,

Procedemos à acção de fiscalização da Aquafundália - Águas do Fundão, S.A., nos termos do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

- (a) A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 2012 cumpre com os requisitos previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (b) O Relatório de Gestão do exercício de 2012 satisfaz os requisitos previstos no Código nas Sociedades Comerciais;
- (c) O Balanço, as Demonstrações dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo do exercício de 2012, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis.

Lisboa, 31 de Maio de 2013

O Fiscal Único

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº178)
Representada por:



João Carlos Miguel Alves (ROC nº 896)

aquafundalia - águas do fundão, s.a.
rua dr. alfredo mendes gil • mercado municipal, lojas 15/16/gab. a • 6230-287 fundão
www.aquafundalia.pt